

# Estudo Técnico Preliminar

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 50500140297/2022-04

## 2. Descrição da necessidade

A contratação decorre, essencialmente, da necessidade de contratar apoio técnico especializado aos processos de gestão e fiscalização de aspectos econômico-financeiros dos contratos de concessões rodoviárias para desempenhar atividades em caráter complementar, dotando a GEGEF, com informações técnicas especializadas para o cumprimento das suas atribuições regimentais, nos termos da Resolução ANTT nº 5.977 de 07 de abril de 2022, que trata da estrutura organizacional da ANTT.

Nessa esteira, o gerente, coordenadores e servidores da GEGEF dependem essencialmente de serviços auxiliares de técnicos especializados, por equipe multidisciplinar, para realizar as competências inerentes a cada área temática da GEGEF e entregar pareceres técnicos, notas técnicas e demais documentos no âmbito dos processos de gestão e fiscalização econômico-financeiros dos contratos de concessões rodoviários vigentes.

Atualmente, conforme dados do site <https://portal.antt.gov.br/concessionarias>, a ANTT administra 24 (vinte e quatro) contratos de concessão de rodovias federais, totalizando aproximadamente 13.023,02 km de extensão de rodovias concedidas, conforme indicado no quadro abaixo:

ITEM	PROCROFE	CONTRATO CONCESSÃO	CONCESSIONÁRIAS	DATAS MARCO			PRAZO	SISTEMA RODOVIÁRIO	EXTENSÃO
				ASSINATURA CONTRATO	INÍCIO CONCESSÃO	INÍCIO PEDÁGIO			
1	1ª Etapa	PG-138/95-00	Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio (CONCER)	31/10/1995	01/03/1996	20/08/1996	25 anos	BR-040/MG/RJ	180 km
2	1ª Etapa	013/00-MT (PJ/CD/215 /98)	Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (ECOSUL)	15/07/1998	24/07/1998	04/03/2001	25 anos	BR-116/RS e BR-392/RS	457,30 km
3	2ª Etapa - Fase I	Edital nº 006 /2007	Concessionária Autopista Planalto Sul S.A. (PLANALTO SUL)	14/02/2008	18/02/2008	19/12/2008	25 anos	BR-116/PR e BR-116/SC	413 km
4	2ª Etapa - Fase I	Edital nº 003 /2007	Concessionária Autopista Litoral Sul S.A. (LITORAL SUL)	14/02/2008	18/02/2008	22/02/2009	25 anos	BR-116/376/PR e BR-101/SC	405,94 km
5	2ª Etapa - Fase I	Edital nº 001 /2007	Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A. (RÉGIS BITTENCOURT)	14/02/2008	18/02/2008	19/12/2008	25 anos	BR-116/SP/PR	402 km

6	2ª Etapa - Fase I	Edital nº 002 /2007	Concessionária Autopista Fernão Dias S.A. (FERNÃO DIAS)	14/02/2008	18/02/2008	19/12/2008	25 anos	BR-381/MG/SP	562 km
7	2ª Etapa - Fase I	Edital nº 004 /2007	Concessionária Autopista Fluminense S.A. (FLUMINENSE)	14/02/2008	18/02/2008	02/02/2009	25 anos	BR-101/RJ	320 km
8	2ª Etapa - Fase I	Edital nº 005 /2007	Transbrasiliana Concessionária de Rodovias S.A. (TRANSBASILIANA)	14/02/2008	18/02/2008	18/12/2008	25 anos	BR-153/SP	321 km
9	2ª Etapa - Fase I	Edital nº 007 /2007	Concessionária Rodovia do Aço S.A. (RODOVIA DO AÇO)	26/03/2008	28/03/2008	05/03/2009	25 anos	BR-393/RJ	200 km
10	2ª Etapa - Fase II	Edital nº 001 /2008	Viabahia Concessionária de Rodovia S.A. (VIABAHIA)	03/09/2009	20/10/2009	07/12/2010	25 anos	BR-116/324 /BA e BA-526 /528	680 km
11	3ª Etapa - Fase II	Edital nº 001 /2011	ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (ECO101)	17/04/2013	10/05/2013	18/05/2014	25 anos	BR-101/ES/BA	475,90 km
12	3ª Etapa - Fase III	Edital nº 001 /2013	ECO050 – Concessionária de Rodovias S.A. (ECO050)	05/12/2013	08/01/2014	12/04/2015	30 anos	BR-050/GO /MG	436,60 km
13	3ª Etapa - Fase III	Edital nº 004 /2013	Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. (CONCEBRA)	31/01/2014	05/03/2014	27/06/2015	30 anos	BR-060/153 /262/DF/GO /MG	1.176,50 km
14	3ª Etapa - Fase III	Edital nº 003 /2013	Concessionária Rota do Oeste S.A. (CRO)	12/03/2014	21/03/2014	06/09/2015	30 anos	BR-163/MT e MT-407	850,90 km
15	3ª Etapa - Fase III	Edital nº 005 /2013	Concessionária de Rodovia Sul - Matogrossense S.A. (MSVIA)	12/03/2014	11/04/2014	14/09/2015	30 anos	BR-163/MS	847,20 km
16	3ª Etapa - Fase I	Edital nº 006 /2013	Concessionária BR 040 S.A. (VIA040)	12/03/2014	22/04/2014	30/07/2015	30 anos	BR-040/DF/GO /MG	936,80 km
17	3ª Etapa - Fase IV	Edital nº 001 /2015	Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. (ECOPONTE)	18/05/2015	01/06/2015	01/06/2015	30 anos	BR-101/RJ	13,20 km
18	4ª Etapa	Edital nº 001 /2018	Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. (VIASUL)	11/01/2019	15/02/2019	15/02/2019	30 anos	BR-101/290 /386/448/RS	472 km
19	4ª Etapa	Edital nº 01 /2019	Concessionária Ecovias do Cerrado S. A. (ECOVIAS CERRADO)	19/12/2019	20/01/2020	14/11/2020	30 anos	BR-364/365 /MG/GO	437,00 km

20	4ª Etapa	Edital nº 02 /2019	Concessionária Catarinense de Rodovias S.A. (VIACOSTEIRA)	06/07/2020	07/08/2020	02/05/2021	30 anos	BR-101/SC	220,42 km
21	4ª Etapa	Edital nº 01 /2021	Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. (Eco Araguaia)	29/09/2021	08/10/2021	Não iniciado	35 Anos	BR-153/TO /GO, BR-080 /GO, BR-414 /GO	850,70 km
22	4ª Etapa	Edital nº 02 /2021	Via Brasil BR 163	01/04/2022	04/05/2022	Não iniciado	10 Anos	BR 163/MT /PA	1009,5 Km
23	4ª Etapa	Edital nº 03 /2021	CCR RJ/SP	28/01/2022	01/03/2022	01/03/2022	30 Anos	BR-116/101/SP /RJ	625,8 Km
24	4ª Etapa	Edital nº 01 /2022	Concessionária EcoRioMinas	19/08/2022	22/09/2022	22/09/2022	30 Anos	BR-116/465 /493/RJ/MG	726,9 km
<b>EXTENSÃO TOTAL</b>									<b>13.023,02 km.</b>

Além disso, de acordo com o site <https://portal.antt.gov.br/novos-projetos-em-rodovias>, estão sendo estudados 25 (vinte e cinco) projetos de concessão de rodovias, que totalizam mais de 23.302,87 km de rodovias.

ITEM	SISTEMA RODOVIÁRIO	EXTENSÃO
1	BR-381/MG	304,0 km
2	BR-040/495/MG/RJ	451 km
3	BR-040 (DF/GO/MG)	679,7 km
4	BR-158/155/MT/PA	1.135,1 km
5	BR-135/316/MA	437,7 km
6	BR-163/267 MS	1.094 km
7	BR-060/153/262/DF/GO/MG	1.202,10 km
8	Rodovias - Santa Catarina	3.153,37 km
9	Rodovias—Contratação BNDES – Lotes Centro-Oeste e Norte	2.570 km

10	Rodovias–Contratação BNDES – Lotes Rio Grande do Sul	667,41 km
11	Rodovias–Contratação BNDES – Lotes Nordeste	2.471 km
12	Rodovias – Autopista Fluminense	320 Km
13	BR-277/373/376/476/PR e PR-418/423/427	473,01 km
14	BR-153/277/369/PR e PR-092/151/239/407/408/411/508/804/855	604,16 km
15	BR-369/373/376/PR e PR-090/170/323/445	569,23 km
16	BR-272/369/376/PR e PR-182/272/317/323/444/862/897/986	627,54 km
17	BR-158/163/369/467/PR e PR-317	430,12 km
18	BR-163/277PR e PR-158/180/182/280/483	646,33 km
19	Rodovias–Contratação BNDES	1.646 Km
20	Rodovias - Rota do Oeste	850,9Km
21	BR-040 GO/MG Rota dos Cristais	594 km
22	BR-060/153/040/GO/DF Rota do Pequi	315 km
23	Rodovia - BR-262/MG Rota do Zebu	440,2 km
24	Rodovia - BR-153/262/GO/MG Rota Sertaneja	527 km
25	Rodovia - BR 163/267/MS Rota Pantaneira	1.094 km
<b>TOTAL</b>		<b>23.302,87 km</b>

Especificamente, a GECEF tem por atribuição regimental, realizar a gestão de aspectos econômico-financeiros no âmbito dos contratos de concessão rodoviária; fiscalizar a arrecadação de tarifas de pedágios e, quando cabível a reversão à modicidade tarifária, das receitas extraordinárias decorrentes da exploração da infraestrutura rodoviária; elaborar a proposta de plano anual de fiscalização econômico-financeira; acompanhar a execução dos mecanismos e o desempenho econômico-financeiro dos contratos de concessão rodoviária, fiscalizando as cláusulas econômico-financeiras e aplicando as penalidades cabíveis; fiscalizar a manutenção de garantias de execução contratual e dos seguros dos contratos de concessão, elaborar as minutas dos termos aditivos contratuais com o apoio das demais gerências, e analisar e avaliar as propostas de ações que impliquem ou possam resultar em reestruturações societárias, transferências de controle acionário, alienações e extinções de outorgas, no que couber, comunicando ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica fatos que configurem ou possam configurar infração à ordem econômica.

Com a edição da Resolução nº 5.977 de 07 de abril de 2022, D.O.U de 08/04/2022, a GEGEF foi contemplada com novas atribuições dispostas no § 6º inciso VI do artigo 25 do citado normativo, pela inserção da Coordenação de Gestão de Instrumentos Contratuais – COGIC, que absorveu competências que não constavam na estrutura da própria GEGEF, tais como: (...) b) *promover os atos voltados à cobrança das garantias de execução contratual, em razão do descumprimento das obrigações de investimento; c) acompanhar a implementação e as movimentações nas contas vinculadas das concessões rodoviárias; (...) e) analisar as propostas de ações que impliquem ou possam resultar em reestruturações societárias, transferências de controle acionário, alienações e extinções de outorgas; e f) monitorar e informar os fatos que configurem ou possam configurar infração à ordem econômica, com vistas à notificação ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica.*

As atividades rotineiras demandadas à GEGEF, consideravelmente somam-se, em média, 300 (trezentos) processos mensais atribuídos à Gerência, que conta atualmente com corpo técnico de numerário reduzido para atendimento às demandas de alta complexidade, composta por 13 (treze) servidores efetivos de carreira da Agência e 13 (treze) colaboradores terceirizados, alocados nas 3 (três) coordenações vinculadas: a) Coordenação de Gestão Econômico-Financeira - CGEFI; b) Coordenação de Fiscalização Econômico-Financeira - CODEF; c) Coordenação de Gestão de Instrumentos Contratuais – COGIC.

Nesse sentido, é notória a necessidade de aporte do apoio técnico especializado para desempenhar as atividades em caráter acessório, complementar e subsidiário à GEGEF, e sua dependência por equipe na área de engenharia, economia, contabilidade, direito, administração e estatística, dotada de serviços técnicos especializados, que contribui para o incremento necessário no cumprimento de suas funções institucionais, bem assim pelas novas atribuições recebidas por força da norma supracitada.

Cabe ressaltar que a CODEF desenvolve, em conjunto com a Superintendência da Tecnologia da Informação - SUTEC, o **Sistema de Registro de Informações Econômico-Financeiras – SIREF/Rodovias**, o qual visa ao recebimento dos dados contábeis das Concessionárias na modalidade “via serviço”, ou seja, sem a necessidade de elaboração e remessa de arquivos intermediários. Além de maior agilidade no recebimento das informações pela ANTT, vale destacar que para ser registrada no SIREF-Rodovias, os dados são submetidos a filtros que visam evitar ou minimizar a ocorrência de erros e distorções relevantes, o que implica a disponibilidade de informações dotadas de maior fidedignidade.

O SIREF-Rodovias foi projetado para comportar 4 (quatro) módulos de recebimento de informações, assim descritos:

- **Módulo 1** – Recebimento de Balancetes Mensais Analíticos: trata-se do módulo de maior importância, já que nos balancetes contábeis mensalmente enviados pelas Concessionárias que residem os saldos de todas as contas contábeis necessárias à elaboração dos demais relatórios econômico-financeiros. Todos os saldos constantes dos balancetes devem estar condizentes com as informações auditadas por Auditoria Independente, as quais são publicadas trimestral e anualmente pelas Concessionárias.
- **Módulo 2** – Recebimento de Relatório de Investimentos: trata-se do módulo que permitirá o recebimento de um melhor detalhamento das contas que registram os saldos de investimentos nos balancetes, em modelo pré-determinado pela ANTT. (É uma espécie de formulário a ser preenchido periodicamente, de acordo com prazo estipulado em Resolução).
- **Módulo 3** – Recebimento de Relatório de Endividamento: trata-se do módulo que permitirá o recebimento de um melhor detalhamento das contas que registram empréstimos e financiamentos nos balancetes, em modelo pré-determinado pela ANTT. (Também é uma espécie de formulário a ser preenchido periodicamente, de acordo com prazo estipulado em Resolução).
- **Módulo 4** – Recebimento de Relatório de Receitas Extraordinárias: trata-se do módulo que permitirá o recebimento de um melhor detalhamento das contas que registram ingressos e dispêndios relacionados a receitas acessórias (extraordinárias), em modelo pré-determinado pela ANTT. (Formulário a ser preenchido periodicamente, de acordo com prazo estipulado em Resolução).

As principais competências da CODEF, são descritas:

- Elaborar a proposta de plano anual de fiscalização econômico-financeira e de manual de procedimentos fiscalização, quanto a aspectos econômico-financeiros;
- Fiscalizar e atestar a regularidade econômico-financeira das concessionárias;
- Analisar proposta para constituição dos direitos emergentes da concessão em garantia de contratos de financiamentos ou na emissão de títulos em mercado;
- Fiscalizar a arrecadação de receitas tarifárias e extraordinárias;
- Aplicar penalidades às concessionárias pelo não cumprimento das obrigações contratuais, no âmbito das competências econômico-financeiras;
- Analisar requerimento de entidade interessada em atuar como administradora de meios de pagamento para arrecadação eletrônica de pedágio e acompanhar o respectivo mercado sob os aspectos econômico-financeiros;
- Analisar solicitação de enquadramento de projeto para fins de adesão ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI;
- Analisar solicitação para emissão de debêntures incentivadas (Manual de procedimentos);

- Calcular indenização por investimentos vinculados a bens reversíveis não amortizados no caso de extinção antecipada dos contratos, com apoio de verificador independente, quando for o caso;
- Avaliar o Perfil de Risco financeiro das concessões; e
- Acompanhar o desempenho econômico-financeiro das concessões rodoviárias.

A "3ª Revisão e Atualização do Manual de Fiscalização das Concessionárias do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal - Aspectos Econômicos-Financeiros, realizada pela CODEF, foi aprovada pela recente Deliberação nº 246 /2022, de 19 de agosto de 2022.

Nesta contratação a CODEF, poderá contar com o ingresso de profissional com formação acadêmica em estatística de extrema importância para a área, com conhecimento sobre métodos quantitativos, análise de dados numéricos, como compilação, organização, resumo e apresentação de dados e informações, uso de planilhas e banco de dados.

O quadro a seguir apresenta as fiscalizações ordinárias realizadas pela CODEF 2022/2021:

Fiscalização Ordinária CODEF 2022/2021				
Concessão	Abertura do PF	Entrega do Relatório de Fiscalização Ordinária	Termo da Fiscalização	NT Receita Extraordinária
CONCEBRA	13-jun	27-jun	7-jul	22-mar
CONCER	13-jun	27-jun	7-jul	15-mai
CRO - ROTA DO OESTE	11-jul	25-jul	4-ago	1-jun
CRT	13-jun	27-jun	7-jul	28-mai
ECO050	14-nov	29-nov	9-dez	5-jan
ECO101	11-jul	25-jul	4-ago	10-fev
ECOPONTE	11-jul	25-jul	4-ago	24-fev
ECOSUL	15-ago	30-ago	9-set	26-set
ECOVIAS ARAGUAIA	14-nov	29-nov	9-dez	9-dez
ECOVIAS DO CERRADO	17-out	31-out	10-nov	9-ago
FERNÃO DIAS	15-ago	30-ago	9-set	13-set
FLUMINENSE	17-out	31-out	10-nov	28-out
LITORAL SUL	12-set	27-set	7-out	17-nov
MSVIA	14-nov	29-nov	9-dez	9-jun
RIO SÃO PAULO	17-out	31-out	10-nov	24-nov
PLANALTO SUL	15-ago	30-ago	9-set	13-set
RÉGIS	13-jun	27-jun	7-jul	23-set
RODOVIA DO AÇO	12-set	27-set	7-out	28-nov
TRANSBRASILIANA	14-nov	29-nov	9-dez	12-set
VIA040	12-set	27-set	7-out	24-abr
VIABAHIA	15-ago	30-ago	9-set	1-set
VIACOSTEIRA	12-set	27-set	7-out	25-jan
VIASUL	17-out	31-out	10-nov	10-nov

Para cumprimento dos contratos de concessão, a CGEFI realiza os cálculos necessários para definição da tarifa (Reajuste, Revisão Ordinária e Revisão Extraordinária) a ser praticada nas praças de pedágio, a qual mantém o equilíbrio econômico-financeiro pactuado, bem como o cálculo tarifário nos processos de relicitação, apuração final de haveres e deveres, arbitragem e processos judiciais.

Cabe ressaltar que nos períodos de reajuste, as datas de início de reajuste coincidem com a data de início de pedágio, ensejando uma maior força de trabalho para realizar essa atividade.

No que se refere a atividade para o cálculo tarifário, na CGEFI são observados os seguintes elementos de análise:

- Apuração do Índice de Reajustamento Tarifário - IRT e Aplicação na tarifa para promoção do reajuste tarifário;
- Cálculo do Impacto tarifário devido à correção do arredondamento e possíveis atrasos de implementação da tarifa no pedágio;
- Aplicação dos Fatores tarifários definidos em contrato: Fator C, Fator D/A, Fator Q e Fator X;
- Adequação dos eventos relativo ao tráfego nos Fluxos de Caixa Original (FCO) e Marginais (FCM), com destaque para aplicação do percentual de eixos suspensos e substituição do tráfego projetado pelo real;
- Lançamento dos valores contabilizados de Receitas Alternativas recebidos pelas concessionárias, as quais devem ser revertidas à modicidade tarifária;
- Apuração dos valores de reversão das Verbas Contratuais previstas;
- Adequações dos cronogramas de investimentos (Inexecuções, Exclusões e Reprogramações);

Nos processos de relicitação, a CGEFI realiza os cálculos necessários para definição da tarifa devida e da tarifa praticada, conforme regulamentado no Decreto nº 9.957, de 06/08/2019. Para isso, são realizadas as seguintes atividades:

- Recebimento e organização dos documentos de análise dos eventos financeiros apurados por outras gerências;
- Exclusão dos investimentos não essenciais para operação da rodovia;
- Lançamento de novos investimentos necessários para cumprimento das cláusulas contratuais de devolução da rodovia;
- Lançamentos dos valores financeiros devidos de cada evento apurado;

- Reversão das receitas e verbas contratuais previstas nos anos seguintes à qualificação de empreendimento;
- Fechamento dos Fluxos de Caixa existentes para as concessões;

Ressalta-se que, devido à insuficiência de pessoal na coordenação diante da elevada carga de trabalho e complexidade das atividades de revisão tarifária, encontra-se atualmente em atraso número significativo de processos de revisão tarifária, prejudicando o bom andamento dos contratos de concessão de rodovias.

De acordo com a metodologia normatizada e suas atualizações, para cada concessionária deve ser procedido o Ajuste de Contas ao final do período de concessão, no qual cabe à CGEFI:

- Perícia judicial: A coordenação faz a análise técnica das conclusões apresentadas nos laudos periciais.
- Arbitragem: A coordenação assessora a superintendência nos processos de arbitragem para fundamentar os acordos firmados de modo a evitar a instauração de novos processos judiciais.
- Resposta aos órgãos de controle: A coordenação realiza simulações tarifárias para justificar as ações da agência perante os órgãos de controle

Cabe ressaltar que os processos judiciais e arbitrais em andamento no âmbito da SUOD, e sob o aspecto da gestão e fiscalização econômico-financeira, envolvem valores vultosos e que necessitam de apoio especializado para a análise técnica da GEGEF. No quadro abaixo, estão relacionados os procedimentos arbitrais que temos conhecimento:

ITEM	CONCESSIONÁRIA	CÂMARA DE ARBITRAGEM	PROCEDIMENTO ARBITR
1	Concessionária de Rodovias Galvão BR-153 SPE S.A. (GALVÃO)	Câmara de Comércio Internacional	23433
2	Concessionária de Rodovias Minas Gerais - Goiás S.A. (ECO050)	Câmara de Comércio Internacional	23238
3	Concessionária BR 040 S.A. (VIA040)(1)	Câmara de Comércio Internacional	23932
4	Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. (CONCEBRA)	Câmara de Comércio Internacional	24595
5	Viabáhia Concessionária de Rodovia S.A. (VIABÁHIA)	Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá	64/2019/SEC7
6	Concessionária Rota do Oeste S.A. (CRO)	Câmara de Comércio Internacional	23960
7	Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (MSVIA)	Câmara de Comércio Internacional	24597
8	Concessionária BR 040 S.A. (VIA040)(2)	Câmara de Comércio Internacional	25572
9	Autopista Litoral Sul (ARTERIS) - Túnel 4 do Contorno de Florianópolis	Câmara de Arbitragem e Procedimento Arbitral - CAMBC	26437

A COGIC criada pela citada Resolução ANTT nº 5.977/2022, dentre suas atribuições principais tem o gerenciamento de novos mecanismos de gestão dos contratos de concessão, como, por exemplo, os mecanismos de contas vinculadas.

Trata-se, portanto, de uma coordenação nova na GEGEF com atribuições também inovadoras na SUOD, de forma que a estruturação dos mecanismos de gestão internos serão fundamentais para a boa administração da coordenação.

A metodologia de gestão da COGIC que estão sendo aplicadas para a estruturação das rotinas e práticas de trabalho, utilizando-se o Ciclo PCDA, o 5W2H, e o Método da Cumbuca, pelas seguintes ações: a) O desenho dos processos e das rotinas de trabalho que atendam a cada uma das competências delegadas, especificando: i) o fluxo de trabalho; ii) os prazos; iii) os clientes internos e externos; iv) os fornecedores de insumos e informações; v) o(s) produtos; e vi) o(s) servidores responsáveis por cada fluxo e etapa de trabalho; vii) apoio de mão de obra inserida a cada fluxo e etapa de trabalho. b) Identificação das principais interfaces e partes interessadas nas atividades desenvolvidas pela COGIC; e c) Adoção de método de aprendizado e estudo contínuo e conjunto da equipe sobre os temas delegados à COGIC.

Como resultado do suporte técnico para as atividades regulares são produzidos diversas minutas de notas técnicas, termos aditivos, relatórios, despachos, apresentações, ofícios para subsidiar respostas às concessionárias, subsídios requeridos pela Procuradoria Federal, subsídios aos laudos periciais, subsídios à Ouvidoria, bem assim atendimento as requisições dos Órgãos de Controle.

Os serviços de que tratam a presente contratação são considerados serviços continuados, com contratação de mão de obra com dedicação exclusiva por posto de trabalho.

Vislumbra-se nessa nova contratação, a solução necessária para o aporte de apoio técnico, por equipe multidisciplinar à GEGEF. A motivação plausível apresentada é determinante para a contratação, pela sua indispensabilidade e os benefícios auferidos das informações técnicas especializadas incorporadas à gerência, ensejando o suporte necessário ao cumprimento de suas atividades institucionais e assegurando aos usuários a adequada infraestrutura, prestação de serviços de transportes terrestres com transparência e regulação econômica efetiva.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gerência de Gestão e Fiscalização Econômico-Financeira Rodoviária	Eduardo Tati Nóbrega

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos necessários para o atendimento da contratação são detalhados no Termo de Referência, a princípio, são eles:

- Nos termos do artigo 57, II da Lei 8666/93, trata-se de serviço continuado;
- Contratação de mão de obra, com dedicação exclusiva por posto de trabalho;
- Práticas de sustentabilidade ambiental descritas no Termo de Referência;
- O prazo de vigência do contrato é de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/1993.
- Poderá haver necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas conforme descrito no Termo de Referência;
- O Regime de Execução é Empreitada por Preço Unitário;
- Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço;
- Cumprimento das obrigações da Contratada e Contratante previstas no Termo de Referência.

### 5. Levantamento de Mercado

A solução a ser contratada é implementada em todos os órgãos vinculados ao Ministério da Infraestrutura.

Os critérios técnicos de seleção do fornecedor são de amplo conhecimento, grande número de fornecedores e não restringe a competitividade no certame.

Os preços unitários que deram origem ao valor do orçamento referencial foram obtidos pelas seguintes fontes detalhadas na Nota Técnica que constam anexas ao Termo de Referência:

- Tabela de Preços de Consultoria do DNIT, janeiro/2022;
- Para efeito da formação do orçamento referencial, foram utilizadas a Convenção Coletiva de Trabalho – CCT informada nas planilhas orçamentárias;
- Pesquisa de mercado realizada no bojo do processo SEI nº 50500.175906/2022-38; e
- Levantamento dos salários referenciais praticados na ANTT.

A definição da premissa para elaboração do orçamento se deu em atendimento ao disposto no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, que estabelece regras e critérios para elaboração de orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos do Orçamento Geral da União, como é o caso.

O quantitativo e o tipo de profissionais necessários para a realização de estimativa dos custos foi proposto pela GEGEF, considerando a quantidade de 22 dias úteis trabalhados por mês, com periodicidade de 44 horas semanais, por profissional. Em face disso, foi estimado o consumo mensal de horas por cada profissional em cada uma das atividades relacionadas, tornando possível estimar a quantidade de cada profissional que será utilizada a cada mês para execução de cada uma das atividades.

A metodologia de dimensionamento da equipe, assim como a memória descritiva do orçamento podem ser verificadas na Nota Técnica SEI nº 7515/2022/GEGEF/SUOD/DIR (SEI nº 143974). A memória de cálculo do orçamento, por sua vez, está disponibilizada em planilha eletrônica, junto ao Termo de Referência.



## 6. Descrição da solução como um todo

Trata-se da execução de serviços técnicos especializados de apoio, por equipe multidisciplinar, das demandas referentes aos processos de gestão e fiscalização econômico-financeira dos contratos de concessões rodoviárias vigentes no âmbito da Gerência de Gestão e Fiscalização Econômico-Financeira Rodoviária – GEGEF/SUOD.

Os profissionais contratados serão responsáveis por prestar apoio técnico auxiliar ou subsidiário ao corpo de servidores públicos estatutários da GEGEF, responsáveis pela tomada de decisão quanto a **gestão e fiscalização econômico-financeira** dos contratos de concessão vigentes no âmbito da SUOD, em especial quanto as atividades destacadas abaixo:

- Atividades subsidiárias ou auxiliares na gestão econômico-financeira dos contratos de concessão rodoviárias;
- Atividades subsidiárias ou auxiliares nas atividades de fiscalização econômico-financeira do contrato de concessão dos contratos de concessão rodoviárias (financiamentos, emissão de títulos imobiliários, emissão de títulos mobiliários, dentre outros);
- Atividades subsidiárias ou auxiliares nas análises e/ou elaboração de instrumentos contratuais e gestão do mecanismos de contas (termos aditivos, apólices de seguros e garantias, mecanismos de contas, dentre outros);
- Demais atividades subsidiárias ou auxiliares que abarcam as atividades da GEGEF/SUOD.

Além disso, o modelo de contratação proposto, permitirá a eficiência da gestão, eficiência da fiscalização, otimização da equipe, qualificação da equipe, absorção de conhecimento por parte dos servidores da ANTT, otimização de recursos públicos, equalização das condições tecnológicas das análises realizadas na ANTT em correlação com os projetos propostos pelas concessionárias.

Na presente contratação foi adotado o critério híbrido de posto de trabalho, atrelado a Índices de Medição de Resultados, conforme possibilidade prevista na IN SEGES/MP nº 05/2017.

O objeto do contrato tem a natureza de serviço comum de apoio técnico especializado por equipe multidisciplinar.

Considerando a compatibilidade das atividades contratadas, a forma de execução do serviço poderá ser presencial, remota ou parcialmente remota, a critério da GEGEF, resguardada a correta prestação de serviços.

A presente contratação adotará como regime de execução EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, uma vez que o regime é útil, pois comporta a modulação na execução e reduzirá as dificuldades em caso de variações e quantitativos ao longo da contratação.

O prazo de vigência do contrato é de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

A Contratação se dará por LOTE ÚNICO para que se possa preservar a integridade qualitativa, quantitativa, técnica e econômica do objeto.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa da quantidade da mão de obra de apoio necessária a adequada realização de cada uma das atividades citadas foi realizada com base na experiência de cada área técnica responsável pela execução das atividades. Desse modo, para determinação da especialidade e nível de experiência exigidos, considerou-se. O nível de complexidade das tarefas que compõe cada atividade; O nível de responsabilidade exigido para cada atividade; O quadro de colaboradores existente e histórico de realização de cada atividade para determinar qual o melhor perfil para aquela execução.

Inicialmente, buscou-se realizar o dimensionamento dos postos de trabalho com o levantamento em todas as coordenações da GEGEF das atividades que carecem de apoio técnico especializado. Todas as atividades apuradas foram descritas e detalhadas na seção “III. Descrição das Atividades” do Termo de Referência. Para organização interna do futuro contrato, dividiu-se as competências da gerência em 3 grupos macros de atividade, a saber:

- Atividade 1 – Apoio Técnico na Gestão Econômico-financeira dos contratos de concessão Rodoviária;
- Atividade 2 – Apoio Técnico na Fiscalização Econômico-financeira dos contratos de concessão Rodoviária; e
- Atividade 3 – Apoio Técnico para Análise de Instrumentos Contratuais e Mecanismos de Gestão dos contratos de concessão Rodoviária;

A listagem específica das atividades teve como motivação definir a quantidade e especificação (especialidade e experiência) da mão de obra necessária à prestação do apoio técnico almejado. Destacamos que esta equipe de planejamento da contratação realizou a consolidação e compatibilização das atividades apresentadas e da mão de obra requisitada, de modo a obter uma única equipe coesa e multidisciplinar capaz de atender as demandas.

Nesse mesmo sentido, é oportuno apresentar que, conforme dados do site <https://portal.antt.gov.br/concessionarias>, a ANTT administra 24 (vinte e quatro) contratos de concessão de rodovias federais, totalizando aproximadamente 13 mil km de extensão de rodovias concedidas. Ainda, ressalta-se que esta gerência tramita por mês, em média, 300 (trezentos) processos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), referente as mais diversas matérias de competência da GEGEF.

Cabe, ainda, reconhecer que, com a edição da Resolução nº 5.977 de 07 de abril de 2022, D.O.U de 08/04/2022, a GEGEF foi contemplada com novas atribuições dispostas no § 6º inciso VI do artigo 25 do citado normativo, pela inserção da Coordenação de Gestão de Instrumentos Contratuais – COGIC, que absorveu competências que não constavam na estrutura da própria gerência.

Apuradas as necessidades da gerência, passa-se à estimativa de dedicação horária dos postos de trabalho. Considerando a previsão da dedicação exclusiva, descrita no item 2.4 do Termo de Referência, foram considerados a quantidade de 22 dias úteis trabalhados por mês por cada profissional, com periodicidade de 8 horas por dia, totalizando 176 horas trabalhadas a cada mês por profissional.

Na matriz a seguir, a dedicação de cada profissional é apresentada em função do mês trabalhado, ou seja, de 176 horas por mês. Assim onde na planilha vê-se o número 0,5, por exemplo, subteme-se que serão necessárias uma dedicação de 88 horas de trabalho (metade de 176) daquele tipo de profissional por mês. Na matriz a seguir, a dedicação de cada profissional é apresentada em função do mês trabalhado, ou seja, de 176 horas por mês. Assim onde na planilha vê-se o número 0,5, por exemplo, subteme-se que serão necessárias uma dedicação de 88 horas de trabalho (metade de 176) daquele tipo de profissional por mês.

ITEM	DESCRIÇÃO	Atividades			Quantidade Total
		1	2	3	
1	Coordenador-Geral	0,33	0,33	0,33	1
2	Engenheiro de Projetos Sênior	9			9
3	Engenheiro de Projetos Pleno	10	1		11
4	Bacharel em Direito Sênior		2	2	4
5	Economista Sênior	1	3	1	5
6	Contador Sênior		6		6
7	Assistente Administrativo Sênior	1		1	2
8	Assistente Administrativo Júnior		1		1
9	Auxiliar Administrativo		1		1

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 33.023.833,20

Inicialmente, destaca-se o rol de atividades a serem realizadas por cada posto de trabalho previsto na futura contratação. Considerando que as atividades a serem executadas exigem a atuação de equipe multidisciplinar, abrangendo uma gama de formações que podem exercer as atividades sem prejuízo da qualidade do produto entregue.

a) Valor da remuneração:

Após consulta, foi localizado o Termo Aditivo a CCT 2022/2023 - DF000401/2022 (SEI nº 13616980), registrada em 25/08/2021, na qual o Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva - SINAENCO (CNPJ nº 59.940.957/0001-60) e o Sindicato dos Engenheiros no Distrito Federal - SENGE-DF (CNPJ nº 00.412.403/0001-48), estipulam as condições de trabalho para a categoria. Destacamos que o referido termo aditivo tem vigência no período de 01/05/2022 a 30/04/2023.

Conforme se observa na CCT DF000401/2022, o piso de engenheiro júnior (2 anos de experiência) é relativo a jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, e sendo assim, na presente contratação indicada no Termo de Referência (SEI nº 13653277), foi considerado a carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Foi considerado como salário base de engenheiro júnior o piso de R\$ 10.302,00 (dez mil trezentos e dois reais), e para os demais níveis de engenheiro, o salário foi baseado nas diferenças percentuais entre os níveis de experiência contemplados na metodologia disposta na Tabela de Consultoria do DNIT de janeiro de 2022, conforme indicado na tabela abaixo:

CARGO	NÍVEL	DNIT	DIFERENÇA		CONTRATAÇÃO
Engenheiro de projetos	Sênior	R\$ 14.169,06	R\$ 3.867,06	37,54%	R\$ 14.169,06
	Pleno	R\$ 10.767,48	R\$ 465,48	4,52%	R\$ 10.767,48
	Júnior	R\$ 10.302,00	-	-	R\$ 10.302,00

Para as demais Categorias foram considerados as seguintes fontes de pesquisa de mercado:

- Guia Brasileiro de Ocupações, disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Previdência no seguinte endereço eletrônico: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMzZkMzYzNmYtN2RhZC00OTJLTGwODYtMTY3ODczNmY2NWU4IiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTVhNTEtNG>
- Pesquisa com fornecedores do ramo, por meio do Processo nº 50500.175906/2022-38, na qual a GECEF realizou consulta com um total de 37 (trinta e sete) empresas, sendo que apenas 3 (três) empresas responderam;
- Levantamento dos contratos análogos de fornecimento de postos de trabalho dentro da própria agência e de outros órgãos públicos, onde foram listados 05 (cinco) contratos da ANTT;
- Médias salariais apuradas no site especializado em estatísticas de salários e vagas profissionais Glassdoor, disponível em [www.glassdoor.com.br](http://www.glassdoor.com.br);
- Salários referenciais dispostos na Tabela de Consultoria do DNIT de janeiro de 2022, onde são apresentados a pesquisa de mercado realizada pela Fundação Getúlio Vargas;

Com isso, os salários pisos foram calculados a partir da média dos valores, onde foi obtido os seguintes salários:

PROFISSIONAL	NÍVEL	Empresa 1	Empresa 2	Empresa 3	Contrato 1	Contrato 2	Contrato 3	Contrato 4	Contrato 5	GLASSDOOR	Tabela DNIT	Guia de Ocupações	MÉDIA
Coordenador	Sênior	R\$ 32.150,00	R\$ 30.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 16.003,46	R\$ 16.350,35	R\$ 16.362,50	R\$ 8.554,09	R\$ 16.003,46	-	-	-	R\$ 16.943,95
Bacharel em Direito	Sênior	R\$ 26.042,00	R\$ 13.200,00	R\$ 12.000,00	R\$ 7.584,67	-	R\$ 9.940,27	R\$ 9.940,27	R\$ 7.584,67	R\$ 12.459,00	R\$ 9.566,26	R\$ 18.371,29	R\$ 12.211,01
Economista	Sênior	R\$ 24.113,00	R\$ 11.600,00	R\$ 12.000,00	-	R\$ 6.203,89	R\$ 10.692,50	-	R\$ 8.223,33	R\$ 11.532,00	R\$ 13.031,64	R\$ 17.893,00	R\$ 12.142,48
Contador	Sênior	R\$ 24.113,00	R\$ 11.600,00	R\$ 12.000,00	-	-	-	-	R\$ 9.786,93	R\$ 6.495,00	R\$ 8.848,14	R\$ 10.922,48	R\$ 10.631,51
Analista Administrativo	Sênior	R\$ 26.685,00	R\$ 11.000,00	R\$ 9.000,00	-	R\$ 8.554,09	-	R\$ 6.557,08	-	R\$ 8.628,00	-	R\$ 9.482,63	R\$ 9.332,94
	Júnior	R\$ 16.397,00	R\$ 7.500,00	R\$ 3.000,00	-	-	-	-	R\$ 6.241,40	-	-	R\$ 5.581,82	R\$ 6.441,10

Técnico Administrativo	Sênior	R\$ 11.253,00	R\$ 5.900,00	R\$ 6.000,00	-	-	-	-	R\$ 3.466,67	-	-	R\$ 3.988,67	R\$ 5.296,22
------------------------	--------	---------------	--------------	--------------	---	---	---	---	--------------	---	---	--------------	--------------

Cabe aqui destacar que os valores apresentados em vermelho foram descartados para cálculo das médias, uma vez que os mesmos são demasiadamente superiores ou inferiores às demais referências pesquisadas.

b) Valor dos benefícios diários e mensais:

I - Categorias de Engenharia: Foram considerados os valores constantes da Convenção Coletiva de Trabalho celebrada entre o Sindicato Nacional das Empresas de Engenharia Consultiva e o Sindicato dos Engenheiros do Distrito Federal, registrada sob o nº DF000401/2022, por se tratar de categoria diferenciada, nos termos da recomendação constante do item 97 do PARECER 00310/2022/PF-ANTT/PGF/AGU.

II - Demais Categorias: Foram considerados os valores constantes do Acordo Coletivo de Trabalho celebrado entre o Sindicato Nacional das Empresas de Engenharia Consultiva e o Sindicato dos Técnicos Industriais do DF, registrado sob o nº DF000528/2022, considerando a atividade preponderante do empregador, em atenção aos artigos 570, 577 e 581, § 2º da CLT e ao art. 8º, II, da Constituição Federal, conforme Acórdão TCU nº 1.097/2019-Plenário:

9.3. dar ciência à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), com fundamento no art. 7º da Resolução - TCU 265/2014, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no Pregão Eletrônico 30/2018, que resultaram na desclassificação indevida de licitante, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrências semelhantes:

9.3.1. utilização na planilha de formação de preços de norma coletiva do trabalho diversa da utilizada pela Agência para a elaboração do orçamento estimado da contratação, tendo em vista que o enquadramento sindical é aquele relacionado à atividade principal da empresa licitante e não da categoria profissional a ser contratada, em atenção aos artigos 570, 577 e 581, § 2º da CLT e ao art. 8º, II, da Constituição Federal;

c) Demais parcelas de custos (Para todas as categorias): Foram observados os percentuais constantes da Tabela de Consultoria do DNIT de julho de 2022, nos termos do Decreto nº 7.983/2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.

ESTIMATIVA DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS (art. 24, §1º, VI, da IN 05/2017)						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA	FONTE
1	Coordenação-Geral	Unidade	30	R\$ 39.510,52	R\$ 1.185.315,60	Média dos Valores de Pesquisa de Mercado
2	Engenheiro de Projetos Sênior	Unidade	270	R\$ 33.205,92	R\$ 8.965.598,40	Convenção Coletiva + Proporção da Tabela DNIT
3	Engenheiro de Projetos Pleno	Unidade	330	R\$ 25.477,47	R\$ 8.407.565,10	Convenção Coletiva + Proporção da Tabela DNIT
4	Bacharel em Direito Sênior	Unidade	120	R\$ 28.757,20	R\$ 3.450.864,00	Média dos Valores de Pesquisa de Mercado
6	Economista Sênior	Unidade	150	R\$ 28.601,50	R\$ 4.290.225,00	Média dos Valores de Pesquisa de Mercado
7	Contador Sênior	Unidade	180	R\$ 25.168,55	R\$ 4.530.339,00	Média dos Valores de Pesquisa de Mercado
8	Assistente Administrativo Sênior	Unidade	60	R\$ 22.218,17	R\$ 1.333.090,20	Média dos Valores de Pesquisa de Mercado
9	Assistente Administrativo Júnior	Unidade	30	R\$ 15.647,86	R\$ 469.435,80	Média dos Valores de Pesquisa de Mercado

Auxiliar Administrativo	Unidade 30	R\$ 13.046,67	R\$ 391.400,10	Média dos Valores de Pesquisa de Mercado
VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA		R\$ 33.023.833,20		

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O objeto foi delimitado em lote único em função das atividades desenvolvidas serem interdependentes e interdisciplinares. Por outra perspectiva, a contratação em lote único centraliza, sincroniza, aprimora e otimiza as estruturas administrativas e gerenciais da equipe, convertendo-se em eficiência administrativa, operacional e econômica da contratação.

Com vistas a ampliar a competitividade e possibilitar a economia de escala, com o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, a Lei 8666/93 estabeleceu em seu artigo 23, §1º[1], a obrigatoriedade da Administração Pública em promover o parcelamento do objeto, quando houver viabilidade técnica e econômica para tanto. No entendimento de Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13ª edição, o objetivo maior da obrigatoriedade do parcelamento do objeto é a ampliação das vantagens econômicas para a Administração, na medida em que se reduzem as despesas administrativas. Para referido autor “a possibilidade de participação de maior número de interessados não é objetivo imediato e primordial, mas via instrumento de se obter melhores ofertas (em virtude do aumento da competitividade). Logo, a Administração não pode justificar um fracionamento que acarretar em elevação de custos através do argumento de benefício a um número maior de particulares.” Isso implica em dizer que, embora a Lei tenha adotado como regra o parcelamento do objeto, ele somente se justifica e fundamenta quando houver viabilidade técnica e, principalmente, ganho econômico para a Administração Pública. Nesse sentido da Decisão 348/1999, Plenário do TCU:

“Na forma do art. 23, § 1º da Lei 8666/63, deve a Administração buscar o parcelamento do objeto, com vistas a melhor aproveitar os recursos do mercado e, sobretudo, ampliar a competitividade do certame. Todavia, essa orientação exige que o parcelamento somente seja efetuado quando não resultar em perda de economia de escala. Não se pode esquecer que a licitação é procedimento administrativo que visa, entre outros aspectos, a que a Administração contrate de forma mais vantajosa possível. Logo, não seria razoável, além de ser ilegal, que o parcelamento venha ocasionar economia de escala e, por via de consequência, maiores custos para a Administração Pública.”

Importa esclarecer que a presente contratação foi desenhada de modo a otimizar o aproveitamento de cada um dos postos de trabalho a serem disponibilizados para o apoio às atividades da GEGEF.

O parcelamento do objeto implicaria em severo prejuízo técnico, administrativo e gerencial do objeto, justificando-se a opção de não parcelamento do objeto, ou seja, da contratação em lote único.

Com a visão do todo e o compartilhamento do apoio técnico especializado, a GEGEF terá condições de aproveitar ao máximo cada posto de trabalho disponibilizado, diminuindo significativamente os riscos de ocorrência de ociosidade. Tal abordagem passa a fazer ainda mais sentido a partir do momento em que muitas das atividades elencadas possuem caráter sazonal ou não possuem uma demanda regular ao longo do tempo.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda. Para a delimitação do objeto, foi promovido levantamento a miúdo das ações propostas no Termo de Referência e promovido o cruzamento com as demais contratações existentes ou em fase de planejamento e licitação no âmbito da SUOD, constatando-se que não há sobreposição, correlação, interdependência ou conflito entre os objetos.

A contratação em vigor no âmbito da SUOD (processo nº 50500.045574/2021-87) Contrato nº 001/2022, apresenta objeto de execução abrangente em todas as gerências que compõem a Superintendência. A contratação proposta contemplará a alocação de profissionais exclusivamente na GEGEF, medida que se impõe e que melhor soluciona a necessidade da Gerência e atendimento ao interesse público. As atividades da GEGEF que constam no termo de referência do Contrato nº 001/2022 – SUOD serão atendidas nesta contratação.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto do presente processo licitatório está contemplado e compatível com o Plano Anual de Contratações - Exercício 2022, conforme item nº 3.93, com valor estimado, para 12 (doze) meses, de **R\$ 13.324.222,69** (treze milhões, trezentos e vinte e quatro mil, duzentos e vinte e dois reais e sessenta e nove centavos), constante da Deliberação nº 297, de 10 de outubro de 2022 (SEI 13857163).

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação do apoio técnico especialização por equipe multidisciplinar ampliará o corpo técnico da GEGEF, proporcionando maior agilidade no atendimento das demandas à SUOD, maior precisão e profundidade nas entregas das demandas e melhor aproveitamento dos recursos humanos, ensejando no suporte necessário ao cumprimento de suas atividades institucionais e assegurando aos usuários a adequada infraestrutura, prestação de serviços de transportes terrestres com transparência e regulação efetiva.

## 13. Providências a serem Adotadas

- 1- Disponibilidade de instalações físicas para os profissionais alocados;
- 2- Disponibilidade de equipamentos de informática e comunicação para os profissionais alocados.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Não se aplica.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

O presente planejamento está de acordo com as necessidades da GEGEF/SUOD, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área responsável priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos, pelo que recomendamos a contratação proposta.

## **16. Responsáveis**

**EDINAILTON SILVA RODRIGUES**

Coordenador de Fiscalização Econômico-Financeira

**ANDRÉ RORIZ DE CASTRO BARBO**

Gerente de Gestão e Fiscalização Econômico-Financeira Rodoviária - Substituto